

*Da solidariedade à
assistência: estratégias
organizativas e mutualidade
no movimento operário de
Porto Alegre na primeira
metade do século XX.*



Alexandre Fortes

DA SOLIDARIEDADE À
ASSISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS
ORGANIZATIVAS E MUTUALIDADE
NO MOVIMENTO OPERÁRIO DE
PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XX¹.

O desenvolvimento do capitalismo produz transformações profundas no modo como as coletividades de trabalhadores enfrentam os riscos próprios da sua existência mortal e da sua condição social. A longo prazo, a adoção de estratégias que geram “um diferente modo de produção e organização pública da ajuda social para indivíduos excluídos da atividade produtiva” modifica até mesmo o papel de estruturas sociais básicas como a família nuclear². A integração internacional de mercados e a industrialização levam a deslocamentos massivos de população, concentração acelerada em núcleos urbanos, extinção de velhos e surgimento de novos modos de sobrevivência econômica, ocasionando a crise ou o desaparecimento de mecanismos tradicionais de solidariedade baseados em estruturas de parentesco, normas de ação comunitária ou ofício. Ao mesmo

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada como comunicação à Latin American Labor History Conference. Durham, Carolina do Norte, Estados Unidos, 17 e 18 de Abril de 1998. Agradeço pelos valiosos comentários realizados naquela conferência por Barbara Weinstein e John D. French, assim como aos formulados posteriormente por Adhemar Lourenço da Silva Jr., pelos colegas da linha de pesquisa “Trabalho, Política e Movimentos Sociais” na Unicamp e pelos participantes do Laboratório Dimensões da História, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 26 de agosto de 1998, particularmente os professores Marcelo Badaró Mattos e Ângela Castro Gomes.

² Levi GIOVANNI. *Inheriting Power*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1988, p. 48-49.

tempo, novos vínculos associativos surgem no universo urbano industrial.

A exposição à “insegurança estrutural do capitalismo” está tão presente na criação de formas de sociabilidade características da cultura de classe do proletariado urbano que, para algumas abordagens recentes, esta particular exposição aos riscos da existência social sob o capitalismo seria um elemento definidor da própria condição operária³. A criação de formas associativas voltadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores por proteção frente à doença, à velhice, ao desemprego e às condições adversas ligadas à morte de um familiar tem sido talvez um dos elementos mais característicos do movimento operário em diferentes contextos históricos. Tão antiga quanto a existência do mutualismo é também a polêmica sobre o seu papel no desenvolvimento de um processo de organização classista e de luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores.

No caso brasileiro, ao menos desde o primeiro Congresso Operário nacional, em 1906, importantes correntes políticas no interior do sindicalismo têm denunciado as organizações mutualistas como sendo nocivas ao desenvolvimento de uma consciência de classe. A estrutura assistencial no interior dos sindicatos oficiais, tornou-se também objeto de crítica das políticas sindicais de comunistas e outros setores da esquerda brasileira, particularmente a partir dos anos 50, e a inclusão da prestação de assistência médica e outros serviços sociais como parte das finalidades dos sindicatos seria um dos principais elementos de crítica do novo sindicalismo de fim dos anos 70 e da Central Única dos Trabalhadores à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

A historiografia também contribuiu para a estigmatização das atividades identificadas como “assistenciais”, através da construção de um modelo teleológico de desenvolvimento do movimento operário. Nele, as sociedades de mútuo-socorro são entendidas como estágio pré-histórico do sindicalismo, correspondente a uma solidariedade espontânea gerada pela

³ Ver Mike SAVAGE. “Class and labor history. Paper prepared for the Conference on *The State of labour and working class history in Europe*”, p. 6.

vivência coletiva dos infortúnios a que se encontrava exposto o operariado pela ausência de direitos sociais. Já com a implantação da estrutura sindical corporativa, tínhamos um “desvio do sindicato de seu campo de ação peculiar”⁴.

Assim, como imaturidade ou como tutela, a assistência consagrou-se nas análises da trajetória do sindicalismo brasileiro como um dos símbolos mais marcantes da sua debilidade. Entre “pré-história” e “desvio”, tínhamos a saga e o fracasso de um movimento operário classista e combativo, que negava explicitamente a mutualidade sob hegemonia anarquista e, com a ascensão do Partido Comunista do Brasil - PCB, passaria a considerar a própria ação reivindicatória como atividade menor, subordinada às determinações superiores da luta pelo poder político.

Portanto, pouco se têm estudado os vários modos em que o atendimento destas necessidades coletivas dos trabalhadores foi buscado em contextos particulares, assim como o papel que estas diferentes alternativas de atendimento desempenharam nos processos mais gerais de organização e mobilização⁵. No interior do movimento sindical, por outro lado, o debate sobre a questão da “mutualidade” ou “assistência” permanece recorrente, já que, apesar dos posicionamentos doutrinários em contrário, a prática de tais atividades no interior dos sindicatos raramente foi suprimida. Isso, entretanto, não impediu que parcela significativa dos mesmos continuasse a desempenhar em muitos momentos um importante papel de organização classista e condução de lutas coletivas.

Apesar de recorrentes, estas questões não se apresentam de forma estática. Neste sentido, a transformação das práticas de mutualidade na “assistência” prescrita na CLT exemplifica como o desenvolvimento do projeto corporativista de

⁴ Ver José Albertino RODRIGUES. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968.

⁵ Uma exceção de destaque é Tânia R. de LUCA. *O Sonho do Futuro Assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990. Também Adhemar Lourenço SILVA JR. “Nota prévia sobre o socorro mútuo no Rio Grande do Sul (1854-1889)”. Paper apresentado na Mesa Redonda: “Tópicos de história operária.” V Encontro Estadual de História (ANPUH-RS), 1998.

enquadramento do movimento sindical parte de, e incide sobre, tensões e problemas internos não resolvidos do próprio movimento. Para compreender este processo, é necessária uma ruptura com a associação automática entre finalidade exclusivamente reivindicatória e maturidade do sindicalismo. Para o sociólogo italiano Pino Ferraris, por exemplo, a longa tradição de mutualidade entre os trabalhadores europeus (na forma de mútuo-socorro e cooperativas) por muito tempo não foi vista como algo que entrasse em contradição com a luta de resistência:

“Se certos burgueses viram o mutualismo sobretudo como uma resposta pacífica aos problemas da reprodução, na realidade esta experiência associativa acabava antes por alimentar e transformar a conflitualidade operária na produção.”⁶

A concepção contemporânea de sindicato reivindicativo seria o resultado de um conflito entre modelos distintos de organização sindical ocorrido na década de 1890, contrapondo a experiência das Bolsas de Trabalho (de grande peso na França, Bélgica e Itália) e a tradição dos sindicalismos alemão e inglês. A derrota da experiência auto-gestionária das Bolsas de Trabalho e outras formas de combinação mutualidade/resistência teria proporcionado a estatização da mutualidade, com o distanciamento do sindicato em relação ao “âmbito da vida”⁷, levando ao primado de uma lógica estatizante e burocrática. Se a transferência das questões “assistenciais” para a alçada do Estado e a definição do cunho exclusivamente reivindicativo do sindicato não são o resultado de uma evolução “natural” do movimento operário, somos convidados a refletir mais profundamente sobre

⁶ Pino FERRARIS. “Apunti lezioni Università di Campinas”. São Paulo, mimeo, agosto de 1990, p. 3.

⁷ Para o conceito de “mundo da vida” e seu papel na crítica à intervenção estatal em certas esferas da sociabilidade humana presente em alguns dos “novos movimentos sociais” das décadas de 70 e 80, ver Jürgen HABERMAS. “New social movements”, *Telos*, 49. No mesmo sentido, Claus OFFE. “New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”, *Social Research*, Vol. 52, nº 4, Winter 1985.

o papel das diferentes funções atribuídas aos sindicatos, na construção de estratégias de transformação social.

No caso brasileiro, necessitamos lidar com um problema adicional. A ascendência demiúrgica do Estado sobre a questão social no pós-30 tem levado a que as causas da burocratização sindical sejam geralmente atribuídas a algum agente considerado externo ao movimento operário, seja ele o próprio Estado, seja (em análises mais recentes) o PCB⁸. Romper com este modelo torna-se uma necessidade para que passemos a analisar a mutualidade, a beneficência e a assistência no interior das entidades sindicais como respostas a problemas cujo enfrentamento é parte constitutiva do próprio caráter destas organizações.

A QUESTÃO DA MUTUALIDADE NO SINDICALISMO PRÉ-30

Diferentes formas de mutualidade estiveram entre as primeiras organizações operárias a serem constituídas no Brasil. Esta parece ser a regra geral na trajetória de países que passam por um processo de industrialização sem ter experimentado o desenvolvimento de uma longa tradição artesanal. No Rio Grande do Sul, já em 1880, fundava-se em Pelotas a Associação Beneficente das Classes Laboriosas, cujas finalidades incluíam “prestar aos sócios e às pessoas de suas famílias os socorros a seu alcance, quando doentes, presos ou decrepitos; e promover, por todos os meios lícitos, o bem estar de seus membros”⁹.

⁸ John French analisa como este tipo de abordagem acaba reproduzindo o debate ideológico das próprias décadas de 30 e 40, centradas nas idéias da outorga e da artificialidade da legislação social brasileira. Cf. John D. FRENCH “The origin of corporatist state intervention in Brazilian industrial relations, 1930-1934: a critique of the literature.” *Luso-Brazilian Review* XXVIII, n° 2 (1991): 13-26.

⁹ “Estatutos da Associação Beneficente das Classes Laboriosas. Installada em 10 de Outubro de 1880”. Pelotas, Livraria Americana. 1884. In: Sílvia Regina Ferraz PETERSEN e Maria Elizabeth LUCAS (orgs.). *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 18.

Desde muito cedo, porém, organizações deste tipo, com finalidade exclusivamente beneficente, conviveram com outras que incluíam a beneficência como parte de objetivos mais gerais. A Liga Operária Internacional de Porto Alegre, em seus Estatutos de 1896, tinha como primeiro objetivo “promover a união dos trabalhadores, não só na capital como fora dela”. Para esta finalidade, se propunha a constituir “uma confederação de trabalhadores de todos os ofícios ou classes”. O caráter político da entidade fica bastante explícito no Artigo 24º dos mesmos Estatutos: “A Liga Operária Internacional não poderá aceitar coligação alguma com os partidos burgueses”, o que é coerente com o Artigo 29º: “Não serão admitidos sócios da Liga empregados públicos, militares ou padres”. Estes itens apontam claramente a predominância da intenção de constituição de uma organização classista baseada na articulação de interesses comuns e sua defesa autônoma. É interessante destacar, entretanto, o fato de os Estatutos não se referirem de modo específico ao âmbito da representação contratual dos interesses dos trabalhadores frente aos seus empregadores, apenas a “proteger em todas as circunstâncias os seus associados” e “concorrer para a educação dos filhos dos trabalhadores, por meio de aulas noturnas que a associação criará”¹⁰.

Estas formulações inauguram uma tradição dentro das organizações operárias gaúchas cuja influência poderá ser ainda identificada ao longo da década de 1930. De um lado, uma abertura para diversos tipos de ação que possam significar a “proteção” dos associados ou, posteriormente, do conjunto da categoria. De outro, a ênfase na educação como estratégia de “engrandecimento” individual e coletivo dos trabalhadores.

Dentro deste contexto particular, o caráter claramente político da Liga não era considerado contraditório com a organização de uma Caixa de Socorros, cujas finalidades incluíam socorrer os associados nos casos “a) de enfermidade; b) de forçada desocupação, exceto nos casos de greve em que só poderão ser auxiliados por autorização da assembléia geral; c)

¹⁰ “Estatutos da Liga Operária Internacional. Aprovados em sessão de assembléia geral realizada em 11 de Outubro de 1896”. Porto Alegre, Tip. de Gazetinha 1896. In: PETERSEN e LUCAS, *op. cit.*, p. 62-67.

de transportar-se, devido a causa de força maior, desta para outra localidade, prestando-lhes para este fim auxílio”.

Ainda no final do século passado, porém, certos tipos de atividade que poderiam ser consideradas como formas de “mutualidade” começaram a causar polêmica no interior do movimento operário gaúcho. O Congresso Operário estadual de 1898, embora tivesse como entidades participantes a Sociedade Mútua Proteção de Alegrete e recebesse manifestações de solidariedade da Caixa Beneficente dos Operários Chapeleiros de Pelotas, acabou por rejeitar a proposta de formação de cooperativas de produção e consumo nas entidades operárias, aceitando os argumentos de um delegado que declarava que as cooperativas “representando (...) o capital não poderiam guerrear (...) este mesmo capital”¹¹.

A polêmica sobre o desenvolvimento de atividades mutualistas no interior dos sindicatos ocupou espaço central no Congresso Operário Brasileiro de 1906 que, embora não tenha contado com a representação de organizações operárias gaúchas, serviu como importante referência para estas nas questões reivindicativas e organizacionais em anos seguintes. O vínculo do sindicalismo gaúcho com as orientações do Congresso foi reforçado pelo fato de os anarco-sindicalistas, identificados com a linha política daquele, terem-se tornado força hegemônica no estado a partir de 1911. A resolução adotada pelo Congresso a respeito aconselhava “sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim”. Os argumentos utilizados para sustentar este ponto de vista enfatizavam que “essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência”¹². A reiteração do termo resistência e sua

¹¹ “Echo Operário”. Rio Grande, 18/1/1898. In: PETERSEN e LUCAS, *op. cit.*, p. 104-110.

¹² “Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro efetuado nos dias 15, 16, 17, 18, 19 e 20 de Abril de 1906 na sede do Centro Gallego, à Rua da Constituição, 30 e 32, Rio de Janeiro, 1906” (IISG). In: Michael M. HALL e Paulo Sérgio PINHEIRO. *A Classe Operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. Vol. I: *O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

sobreposição a qualquer outro objetivo da organização operária indica a opção por uma estratégia centralmente conflitiva e o receio do envolvimento com mecanismos organizativos e institucionais que signifiquem desenvolver qualquer tipo de interesse na, ou compromisso com a, ordem estabelecida. Nesse sentido, a recusa à mutualidade está articulada à rejeição à legislação de proteção ao trabalho e à participação na política partidária. Por outro lado, a alusão aos “aderentes sem iniciativa e sem espírito de resistência” liga-se à aposta na ação sindical a partir de uma minoria militante organizada, e expressa raciocínio de que “as nossas sociedades só contam um número muito limitado de sócios (...), mas é um fato também que este punhado de camaradas é a flor, por assim dizer, das energias operárias”¹³.

O mesmo artigo segue indagando: “quantas vezes o obstrucionismo, a obstinação dos inconscientes têm impedido a realização de um movimento que, talvez, poderia trazer-nos bons resultados?”. O predomínio desta visão não impediu que algumas organizações chegassem a ter altos índices de sindicalização, entretanto levava a que se desse prioridade a organizar aqueles operários “conscientes”, mesmo que em pequeno número, ao invés de atrair para as organizações o conjunto dos trabalhadores, independentemente do seu grau de politização. No Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a polêmica com relação às “obras secundárias” se aprofunda; quanto às Bolsas de Trabalho, todavia, embora consideradas distintas das finalidades próprias dos sindicatos, se adotaria uma abordagem mais flexível, limitando-se à orientação de que a instalação destas “não deve nunca embaraçar a ação de resistência”¹⁴.

Cabe aqui registrar que, embora coincidindo com as concepções dominantes no Congresso nacional, é possível verificar uma diferença de tom ainda mais significativa no tratamento dado

¹³ “Sejamos francos”, “A Luta Proletária”, 25/1/1908, p. 1. In HALL e PINHEIRO, *op. cit.*, p. 72-74.

¹⁴ “Relatório da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de Setembro de 1913. Rio, 1914”. In: HALL e PINHEIRO, *op. cit.*, p. 172-222.

pelas lideranças da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) às questões da beneficência e das Bolsas de Trabalho. Questionados numa entrevista à imprensa local sobre “o mutualismo” no interior dos sindicatos sob sua direção, os delegados registram a existência de “grupos beneficentes”, ressaltando apenas que os mesmos são “organizados livremente entre seus associados, não tendo as associações responsabilidade sobre estes grupos, que só fazem coletas quando há necessidade”¹⁵. Nesse sentido adotam, em relação à beneficência, a postura que será sistematizada e aprofundada ao longo das décadas de 20 e 30, ou seja, embora realizadas por membros do sindicato e no seu interior, estas práticas não constituem iniciativas e nem finalidades da entidade sindical em si, e podem ser aceitas, desde que não comprometam os objetivos de luta e resistência operária.

Quanto às Bolsas de Trabalho, a atitude da FORGS poderia mesmo ser descrita como entusiasta. Registrando no seu relatório ao Congresso que havia organizado uma iniciativa deste tipo, a Federação acrescentava que: “Este departamento tem prestado ótimos serviços à classe em geral, pois ali vão os operários sem trabalho achar ocupação e os patrões se estão acostumando a ali procurar operários”¹⁶. Esta visão positiva sobre as Bolsas de Trabalho pode ser atribuída à ambigüidade do lugar ocupado por elas dentro do esquema de polarização entre “resistência” e “beneficência” presente nas resoluções dos Congressos Operários. Pensada do ponto de vista da solução para os casos individuais de desemprego, a bolsa pode ser equiparada a um mecanismo de “beneficência”, e como um simples modo de atrair inconscientes para dentro das entidades.

O que o relatório da FORGS aponta, porém, referindo-se aos patrões se “acostumando” a buscar operários no sindicato, é o potencial das Bolsas como instrumento de controle direto do mercado de trabalho, o que poderia ser feito de forma combinada e até mesmo fortalecer a estratégia de “resistência” e luta

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁶ Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul (1913). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (manuscrito). In: PETERSEN e LUCAS, *op. cit.*, p. 164-173.

econômica. Conforme veremos adiante em certas categorias, como é o caso dos padeiros de Porto Alegre (cujo sindicato foi fundado precisamente em 1913), a Bolsa de Trabalho viria a se constituir em um elemento chave da organização sindical dos 20 anos seguintes, atravessando um período em que o contexto de desenvolvimento das lutas operárias passaria por profundas mudanças políticas, jurídicas e econômicas. Antes, porém, de identificarmos o modo como estas questões foram enfrentadas nos sindicatos gaúchos das décadas de 30, é necessário apontar elementos da crise da concepção sindical baseada na ação de minorias militantes, do surgimento de novas propostas políticas de organização do operariado e seu impacto sobre a abordagem de questões da “mutualidade” nos sindicatos.

Entre 1913 e 1919, o movimento operário brasileiro vivenciou momentos de grande mobilização e profundas transformações. A substituição de importações ao longo da guerra levou à expansão da atividade industrial, provocando uma ampliação do operariado fabril e contribuindo para a manutenção de altas taxas de crescimento urbano. Duas greves gerais, em 1917 e 1919, atingiram simultaneamente alguns dos maiores centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, demonstrando a capacidade de articulação de lutas gerais do sindicalismo, ao mesmo tempo que o desafiavam a enfrentar novos patamares de negociação e fiscalização de acordos coletivos. Por outro lado, aos grandes momentos de mobilização, seguiram-se ondas repressivas de intensidade similar, com particular ênfase para a expulsão de líderes estrangeiros. Neste contexto, a fragilidade representada pela organização baseada em minorias militantes começa a ser posta em questão.

Ao longo de 1921, por exemplo, Astrojildo Pereira, destacado militante anarco-sindicalista e no ano seguinte um dos 9 fundadores do PCB, publica uma série de artigos relacionados com a necessidade da revisão dos métodos de organização operária, destacando como primeiro princípio desta revisão que “a organização deve ter como base de atração das massas o interesse imediato, comum a todos os trabalhadores”¹⁷. O emergente PCB adota este princípio na sua política com relação à

¹⁷ “Problemas de reorganização”, *A Plebe*, 11/6/1921, p. 2 (AEL). In: HALL e PINHEIRO, *op. cit.*, p. 254-255.

organização operária, e esta linha de atuação será reforçada no III Congresso de dezembro de 1928 / janeiro de 1929, com a criação do Bloco Operário Camponês e o estímulo à atuação “na Liga Antiimperialista, no Socorro Vermelho, nos esportes, na cooperação revolucionária, nas organizações antifascistas, entre as massas de imigrantes, entre os inquilinos pobres etc...”, sempre no sentido de “enraizar cada vez mais nossa influência comunista no seio das massas laboriosas”¹⁸.

Poderíamos dizer que, deslocando a responsabilidade pela “correção do rumo estratégico” para a esfera partidária, os comunistas podem com maior facilidade aceitar uma série de organizações com papéis e objetivos limitados em si mesmas, mas que cumprem a fundamental função de organizar a “massa” de trabalhadores de forma autônoma em relação à burguesia, ao Estado e à Igreja.

O caráter das mudanças na relação entre estratégias e formas de organização dos trabalhadores não pode, entretanto, ser resumido a uma evolução linear de linhas políticas adotadas por sucessivas correntes hegemônicas. O que de mais seguro a análise dos relatórios dos Congressos Operários e dos documentos do PCB pode nos indicar é a persistência da necessidade das organizações apresentarem respostas a vários âmbitos de demandas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que buscam articulá-las a um projeto estratégico de transformação social. À medida que se afirma o princípio da unidade sindical e, portanto, a convivência entre diferentes correntes políticas nas mesmas entidades, como veremos abaixo, a definição do significado desta transformação social (ou dos “interesses de longo prazo dos trabalhadores”) torna-se necessariamente mais vaga dentro do movimento sindical.

De outra parte, o caráter das respostas às demandas operárias nem sempre se enquadra perfeitamente nas linhas políticas gerais, e é grande a distância entre o conteúdo de resoluções de congressos e a prática organizativa cotidiana. Nesse sentido, as opções ligadas à questão da mutualidade dentro do

¹⁸ “O III Congresso (Dezembro de 1928 - Janeiro de 1929)”. In: Edgard CARONE (org.). *O P.C.B. Volume 1: 1922-1943*. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 70-77.

movimento operário não podem ser resumidas à defesa ou exclusão da sua prática, mas passam pela busca da sua integração em uma estratégia coerente de transformação social. O foco da polêmica política passa, então, a se centrar nas formas específicas de sua implementação e na relação destas com o fortalecimento ou o esvaziamento da consciência de classe entre os trabalhadores.

Friedrich Kniestedt, militante anarquista alemão e “oficial escoveiro” de profissão, imigrado para o Rio Grande do Sul em 1915, tornou-se - enquanto editor de jornais como *Aktion*, *Der Freie Arbeiter* e *Alarm*, e através da sua participação em iniciativas como a Sociedade de Ensino Racionalista - um dos mais articulados e destacados ideólogos libertários do estado. Isso não o impedia de, em 1928, tornar-se conselheiro da “Caixa de Auxílio Navegantes”¹⁹. Segundo suas próprias palavras: “Há anos eu era membro (...) Eu não era novato neste campo, por isso empenhei toda a minha influência e todo o meu esforço para criar uma associação baseada no mutualismo”²⁰. Entre suas realizações na direção da entidade, Kniestedt elenca a compra de uma sede, a criação de uma “Associação de Caixas de Auxílio-Doença e Morte”, convênios com médicos e farmácias, a criação de um “balneário popular” e “a primeira exposição sobre higiene pública no Brasil”. Posteriormente, entre 1932 e 1933, a Caixa serviu como palco para a sua luta contra os Nazistas que buscavam tomar posse da mesma e utilizá-la para “conquistar à força o operariado [dos bairros] de São João e Navegantes”²¹.

¹⁹ O *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. 3º Volume, *Situação Social*. Departamento Estadual de Estatística. Porto Alegre, 1941. Registra a existência da Sociedade Beneficência Navegantes (fundada em 1910, com 104 sócios e 28 sócias); da Caixa Beneficência Funerária N° 1 Navegantes (fundada em 1901, com 146 sócios e 65 sócias); da Caixa Beneficente Navegantes (fundada em 1909, com 277 sócios e 30 sócias). Não é claro a qual destas organizações Kniestedt se refere, nem mesmo se existe algum vínculo entre elas. Todos os dados sobre número de afiliados são para 31/12/1939.

²⁰ René E. GERTZ (org.). *Memórias de um Imigrante Anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: EST Edições, 1989, p. 145.

²¹ *Idem*. *Ibidem*, p. 146. Kniestedt foi o fundador e líder do movimento de anti-nazistas alemães no Rio Grande do Sul.

A Caixa era uma organização de bairro, voltada ao atendimento da comunidade alemã, não se limitando a associar operários, já que o próprio Kniestedt era, desde 1925, proprietário de uma pequena livraria. Por outro lado, trata-se de uma das iniciativas organizativas que “disputam” a afiliação dos operários destes bairros industriais entre fins dos anos 20 e a primeira metade dos anos 30. É interessante também notar que Kniestedt não identifica nenhum problema ideológico em dedicar-se à atuação neste tipo de entidade, chegando mesmo a apresentar o “mutualismo” da Caixa como resultado da sua influência. É possível, portanto, que muitos anarco-sindicalistas tenham realizado a crítica da limitação da organização operária ao âmbito da pura resistência e à “minoridade militante” sem, entretanto, aderirem ao PCB como Astrojildo Pereira. O fato de os comunistas terem se tornado, ao longo das décadas de 20 e de 30, a voz mais articulada entre as correntes do movimento operário, talvez não deixe claro que, em algumas proposições, eles estivessem expressando o resultado de uma reavaliação sobre experiências de organização operária compartilhada por setores mais amplos do movimento como um todo, e não apenas uma posição particular.

A flexibilidade relativa a combinações de funções atribuídas às organizações operárias já na década de 20 talvez explique a facilidade com que muitas lideranças de várias posições políticas se dispuseram a atuar dentro do sindicalismo oficial no estado. De fato, mesmo no Decreto nº 24.694 de 1934²², que “dispõe sobre os sindicatos profissionais” é difícil encontrar, no plano do funcionamento e definição do caráter das entidades, algo que entre em grande conflito com o que era a prática sindical predominante. Para os setores de esquerda, o principal problema ideológico com esta legislação de oficialização sindical dizia respeito ao Art. 2º, letra c, que definia as entidades como órgãos de “colaboração com o Estado no estudo e solução dos problemas que, direta ou indiretamente, se relacionarem com os interesses da profissão”. Faltando, porém, às leis de sindicalização até este momento a definição de claros mecanismos de controle e

²² Ver F. de A. SOUZA NETTO. *Legislação Trabalhista*. São Paulo, Livraria Acadêmica/Saraiva, 1939, 2ª ed.

intervenção na gestão sindical, outros itens, como a identificação da primeira finalidade das entidades como “defesa da respectiva profissão” (Art. 2º, letra a) ou a definição da “beneficência” como atividade facultativa (Art. 2º, § 1º, letra c) se aproximavam em grande medida do que era a base comum de ação no interior do movimento, ao menos no Rio Grande do Sul.

Toda esta variedade de debates, combinações e mudanças de posição serve, acima de tudo, para atestar o vigor e a continuidade das práticas mutualistas. A um observador externo, em 1925, parecia claro que:

“Os objetivos primordiais dos sindicatos no Brasil parecem ser proteger seus membros quando enfermos e prover serviços profissionais que de outra maneira não seriam acessíveis, tais como, por exemplo, o tratamento médico e dental a baixo custo. A cooperação entre os membros da mesma organização em serviços comuns reduz grandemente o custo de vida, que é muito alto no Brasil. Essas organizações são muito ativas socialmente, algumas delas dedicando a isso mais tempo e dinheiro para promover assuntos sociais do que para a melhoria das condições de trabalho.”²³

É possível que o autor desta avaliação estivesse excessivamente influenciado pela realidade particular dos ferroviários, certamente entre as categorias com o sistema de benefícios mais amplos do país, incluindo Caixas de Aposentadoria e Pensão que se transformaram em modelo para a reivindicação dos demais trabalhadores. De todo modo, três elementos conflitantes relacionados às práticas de mutualidade estão nela claramente apontados: elas atendem a necessidades que provavelmente estariam fora de alcance dos trabalhadores de outro modo; contribuem para a vitalidade associativa dos sindicatos; por outro lado, elas podem desviar energias da luta reivindicatória.

²³ James A. ROWAN. “Old-age and disability retirement law for railway employees in Brazil”, *Monthly Labor Review*, vol. XXI, n° 6, Washington, December 1925. In: HALL e PINHEIRO, *op. cit.*, p. 279-282.

A busca do equacionamento da relação entre estes distintos elementos de risco e potencial precisa ser analisada em um contexto concreto. Identificaremos a seguir alguns aspectos que definiam as condições da atuação sindical no que diz respeito às questões ligadas à mutualidade e beneficência em Porto Alegre na primeira metade da década de 30. Posteriormente analisaremos o modo como alguns sindicatos buscaram a partir daí definir seu caráter institucional, bem como a relação deste processo com a luta entre diferentes correntes políticas atuantes no movimento operário gaúcho do período.

ATUAÇÃO SINDICAL E “ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO TRABALHADOR” EM PORTO ALEGRE NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930

O período entre o início dos anos 30 e o golpe do Estado-Novo em 1937, é marcado por uma importante inflexão no que diz respeito ao contexto em que se definem as relações entre organização sindical e práticas mutualistas. No caso particular do Rio Grande do Sul, podemos identificar três elementos compondo este contexto: o deslocamento da hegemonia política no interior do movimento, a reorientação da luta operária em função da legislação trabalhista e o acirramento da concorrência com diversas alternativas de “atendimento a demandas dos trabalhadores”.

O estado vivenciou uma longa persistência da hegemonia anarco-sindicalista, sendo que, ao menos até 1928, os representantes desta corrente sindical mantinham o controle sobre a FORGS, num momento em que já haviam sido suplantados pelos comunistas nas federações do eixo Rio-São Paulo. Em 1929, após uma aparente desarticulação da FORGS, o PCB tenta constituir uma nova alternativa a esta, através da Confederação Riograndense do Trabalho. Já no início de 1933, ocorre o congresso de “refundação” da FORGS, convocado por setores vinculados ao Ministério do Trabalho que pretendiam utilizá-lo para a criação de um organismo político de apoio ao governo federal, mas que são derrotados por uma aliança entre diversos setores que se opõem a este tipo de subordinação da luta sindical a alianças políticas.

A direção da Federação entre 1933 e 1935 e de vários dos sindicatos que a compunham incluíria militantes de diversas tendências políticas, como comunistas, getulistas desvinculados da política partidária estadual e mesmo, surpreendentemente em se tratando de uma federação de sindicatos oficializados, anarco-sindicalistas. Todos eles aliados em torno de princípios comuns de organização sindical como o “apoliticismo” dentro das organizações operárias, a defesa da unidade dos trabalhadores e de uma ação sindical “dentro da lei e da ordem”, mas preservando autonomia na defesa dos interesses de classe. Estes princípios comuns, evidentemente sujeitos a leituras contraditórias e polêmicas, resultavam da influência ao longo das décadas anteriores de diversas tradições de pensamento, variando do positivismo ao anarquismo e passando por alusões nem sempre precisas ao marxismo. Derivavam também de uma avaliação de experiências comuns com resultados negativos, como a divisão em duas confederações rivais entre 1917 e 1918, a influência divisionista dos setores ligados ao Partido Republicano Riograndense dentro das organizações operárias e a adoção de táticas de luta baseadas na ação direta violenta entre 1919 e 1923. Esta configuração particular indicava por um lado a ausência de uma clara definição de hegemonia, que no caso da FORGS viria a se resolver em favor dos comunistas apenas após a greve dos padeiros de 1933-34. Por outro lado, percebe-se a existência de um campo de consenso sobre as bases da ação sindical (embora nem sempre sobre sua condução) capaz de conferir à Federação um papel efetivo de direção das lutas operárias. Este primeiro elemento do contexto chama nossa atenção para a dificuldade de deduzir o tratamento dado a questões como a mutualidade no interior dos sindicatos de qualquer linha política singular.

A existência de um governo federal que assumia uma postura de intervenção sistemática na regulação entre capital e trabalho mudou significativamente o terreno em que se desenvolviam as lutas operárias no pós-30, embora o efeito da legislação tenha sido diferenciado ao longo de vários momentos. Inicialmente, os decretos de oficialização dos sindicatos e a vinculação de muitos benefícios à sindicalização levaram tanto a uma canalização de esforços para o processo de registro legal ou criação de entidades quanto a uma postura de expectativa favorável em relação às mudanças nas condições de vida e trabalho que a lei deveria proporcionar. Já em 1933, a realidade

era que a legislação continuava a ser sistematicamente ignorada pelo empresariado. O Centro da Indústria Fabril havia, inclusive, adotado no ano anterior uma deliberação explícita neste sentido²⁴. O descontentamento operário com a não-efetivação dos direitos previstos em lei coincidiu com uma mudança de orientação governamental na passagem da gestão de Lindolfo Collor para a de Salgado Filho no Ministério do Trabalho. Os decretos mais genéricos da primeira, concedendo direitos, como jornada de 8 horas e repouso dominical a todos os assalariados urbanos, foram substituídos por regulamentações específicas e detalhadas sobre as condições de trabalho a serem observadas em diferentes setores da atividade econômica.

Para furtar-se ao cumprimento da legislação explícita, os empresários usavam a justificativa de que, apenas após a assinatura de convenções de trabalho regulamentando (e na verdade restringindo) o seu alcance, poderiam ser as leis colocadas em prática. A reação do movimento operário, expressa em Porto Alegre pela greve dos padeiros de dezembro de 1933 a janeiro de 1934, foi a defesa do princípio da auto-aplicabilidade da lei na falta de acordo entre as partes. Esse princípio jurídico levou a que uma greve em uma categoria específica se transformasse em uma polarização classista, opondo Federação Operária e Centro das Indústrias no que diz respeito à efetivação e universalização dos benefícios da lei e da legitimidade do exercício da greve como instrumento de pressão nesse sentido.

O saldo da greve dos padeiros foi objeto de polêmica entre militantes operários do período e continuou a sê-lo entre os pesquisadores. Concretamente, após quase dois meses de interrupção da produção, um acordo foi assinado através da mediação pessoal do Ministro Salgado Filho, que se deslocou com esta finalidade para Porto Alegre. A “convenção” estabelecia o reinício do trabalho no domingo às 10 da noite, não à meia-noite, como era a interpretação da lei pelos sindicalistas, nem às 6 da tarde como era a intenção dos proprietários de padarias. Por outro lado, Salgado Filho entregava, na mesma ocasião, a carta de oficialização da FORGS, reconhecendo o seu papel de condução do movimento operário gaúcho num momento em que

²⁴ A esse respeito, ver Sandra J. PESAVENTO e Pedro C. Dutra FONSECA. “Relatório final: industrialização gaúcha-1930/1940”. Porto Alegre, datilografado, 1990.

a direção da entidade se encontrava na mão de lideranças claramente identificadas com a esquerda, adotando uma perspectiva classista e combativa. Portanto, a greve demonstrava que, de um lado, a legitimidade conferida pela lei fortalecia as reivindicações e lhes dava uma grande repercussão social, tornando conquistas específicas em precedentes gerais. Por outro lado, evidenciava que não se poderia esperar sequer o cumprimento da legislação existente sem pressão organizada. Ao mesmo tempo, o processo de luta contribuía para desmascarar o compromisso da Inspetoria Regional do Trabalho (IRT) com os empresários, e para fortalecer o ceticismo entre os dirigentes operários com relação ao Estado e sua proposta de “harmonia social” através da lei, abrindo espaço para a consolidação dos comunistas como força hegemônica no interior da FORGS e em muitos dos seus principais sindicatos²⁵.

No final de 1934, a FORGS organizaria uma greve de tecelões e metalúrgicos por uma longa plataforma de reivindicações ligadas a salários e condições de trabalho, que se pretendia transformar em greve geral estadual a partir da adesão dos setores de transportes terrestres (transways e ferroviários). Encontrando os governos federal e estadual fortalecidos a partir da eleição de Getúlio Vargas pela Assembléia Constituinte e pela confirmação de Flores da Cunha como interventor, a greve foi reprimida violentamente em nome da luta anti-comunista, culminando com o fechamento de diversas entidades operárias (entre elas a FORGS, que nunca voltaria a ter existência legal), a prisão de vários líderes sindicais e o assassinato seletivo de diversos dirigentes estaduais do PCB.

Com este episódio, desarticula-se o principal centro de direção do movimento operário riograndense, e inicia-se um novo momento em que sucessivas levadas de intervenção levarão à montagem de uma complexa rede de mecanismos de controle da atuação sindical, enquanto os militantes remanescentes, vinculados aos rumos impressos pela FORGS no período anterior, se voltam para a resistência no sentido de preservar o espaço de organização e luta no interior dos sindicatos. Desta evolução das

²⁵ Para uma análise mais detalhada deste movimento, ver Alexandre FORTES. “Como era gostoso meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-1934)”. *Anos 90*, n° 7, 1997, p. 88-124.

lutas operárias no período pode-se concluir que a ênfase geral da estratégia desenvolvida pelo sindicalismo no estado estava na efetivação, ampliação e universalização dos direitos assegurados em lei e na preservação de um papel autônomo na defesa de interesses de classe para o sindicato, apesar da sua oficialização²⁶.

O terceiro e último elemento de contextualização relativo às condições para a ação sindical no período refere-se à sua relação com diferentes alternativas de “atendimento às necessidades do trabalhador”. Os anos 20 e 30 foram marcados pela aceleração da expansão industrial e urbana de Porto Alegre, particularmente concentrada na região industrial dos bairros Navegantes e São João, ou 4º Distrito. A nova “cidade dentro da cidade” chamava a atenção, por um lado, pelos hábitos peculiares de seus habitantes e, por outro lado, à medida que crescia, pela precariedade das condições de vida que lhes oferecia. A partir da metade da década de 20, o tratamento destes problemas e necessidades urbanas (proteção relativa à saúde, desemprego em momentos de crise, condições de trabalho, falta de moradias, saneamento, iluminação pública, água, calçamento, transporte, etc...) ganha o espaço de uma coluna diária no principal jornal da cidade, o *Correio do Povo*, e a denúncia do “abandono” a que esta população se encontrava submetida torna-se persistente e recorrente²⁷.

O enfrentamento coletivo destas necessidades por parte dos trabalhadores, assim como a busca de partidos, igrejas, empresas e Estado em oferecer alternativas para o seu

²⁶ Para uma análise detalhada deste processo, ver Alexandre FORTES. “Reverendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: Alexandre FORTES, Antonio Luigi NEGRO, Fernando T. SILVA, Hélio COSTA e Paulo FONTES. *Na Luta por Direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Edunicamp, 1999, p. 19-49.

²⁷ Sobre o processo de constituição do “Navegantes-São João” como comunidade operária, ver Alexandre FORTES. “Classe, comunidade e participação política: o Distrito Industrial de Porto Alegre (1920 - 1954)”. Comunicação apresentada na mesa “Continuities and Discontinuities In Factory, Neighborhood and Union Life: The New and the Old in Rio Grande do Sul, São Paulo and Rio de Janeiro”, IV BRASA Conference, Washington, D.C., 12 a 15 de novembro de 1997. Agradeço à Profa. Silvia Petersen a gentileza de ter-me cedido um levantamento de notícias relativas a trabalhadores na imprensa diária de Porto Alegre de 1923 a 1932.

“atendimento” constituem-se em elementos da base sobre a qual se desenvolveram as formas particulares de cultura de direitos, construção de identidade coletiva e valores próprios aos trabalhadores porto-alegrenses no período. Foi sobre este pano de fundo também, que eles estabeleceram sua forma de relação particular com os diferentes projetos políticos que disputavam o espaço de enraizamento social junto ao operariado.

A relação entre, de uma parte, necessidades e problemas sociais emergentes e, de outra parte, desenvolvimento de projetos políticos e instituições, não se dá como uma decorrência causal direta, mas como um processo mediado pela existência de diferentes alternativas possíveis. Associando a solução ou enfrentamento dos problemas à opção por um vínculo associativo, estas alternativas irão relacionar-se diretamente com a forma de articulação assumida entre diferentes elementos constituintes da identidade dos trabalhadores, como os relacionados ao local de trabalho, categoria profissional, etnia, gênero, vizinhança, religião, opção política, etc...

Desde o final do século passado, por exemplo, sociedades nacionais, constituídas como modo de preservação e fortalecimento da identidade coletiva de grupos imigrantes constituem muitas vezes suas próprias caixas de auxílio, sistemas de ajuda mútua, etc... Os anos 30, entretanto, assistiram não apenas a uma expansão deste tipo de organização, como ao ingresso ou ao aprofundamento da atuação de novos atores, como a Igreja Católica e alguns empresários, no “mercado” das alternativas de assistência voltadas aos operários.

Os Círculos Operários (sendo o de Porto Alegre criado em 1934 no Bairro Navegantes) tornaram-se uma estrutura assistencial bastante sólida e um espaço de sociabilidade que ampliou significativamente a organicidade dos vínculos de certos grupos de trabalhadores (particularmente imigrantes poloneses e italianos no caso de Porto Alegre) com a Igreja Católica²⁸.

²⁸ Sobre os círculos como projeto de sindicalismo confessional, ver Luiz Jorge Werneck VIANNA. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Em relação ao papel dos Círculos, em relação aos imigrantes com participação mais intensa na Igreja Católica, ver entrevistas do Autor com Abrelino de Freitas, janeiro de 1996 e Teodolina e Ernesto Rossi, julho de 1997.

Já no âmbito do “Welfare privado”, a cidade era marcada na época por uma das experiências mais avançadas em todo o país, protagonizada pelo grupo empresarial A. J. Renner (atuante em diferentes ramos com predomínio da indústria de fiação, tecelagem e confecção)²⁹. Principal grupo econômico do estado por cerca de três décadas, o “atendimento” oferecido pela Renner aos trabalhadores e trabalhadoras envolvia medidas inovadoras como serviço médico na empresa, caixas de poupança, fornecimento de refeições “cientificamente balanceadas”, estímulo às práticas esportivas, creche e horários de aleitamento materno para os filhos das trabalhadoras, entre outros³⁰. Um sindicalista atuante no período chega mesmo a afirmar que “... o Renner era o nosso maior concorrente...”³¹.

Esta relação de concorrência com uma diversidade de iniciativas que buscavam canalizar as demandas, os processos de solidariedade e a definição de identidade operária e também com as estratégias de busca de solução individual estava presente no momento em que o sindicalismo porto-alegrense definia os ramos a propor para as práticas de “mutualidade” e sua relação com outros componentes da prática sindical. Concretamente, um típico operário do Bairro Navegantes em 1935, preocupado com os riscos enfrentados por ele e sua família diante de uma possível enfermidade, poderia optar pela filiação à Caixa de Beneficência do sindicato, da sociedade nacional correspondente ao seu grupo imigrante, do grupo nazista local (no caso dos alemães), do Círculo Operário ou, eventualmente, da própria empresa onde trabalhava. Do mesmo modo, em muitos casos o dinheiro e a disponibilidade de tempo correspondentes poderiam ter sido empregados numa poupança, com vistas ao estabelecimento de um negócio autônomo que viesse a possibilitar uma alternativa de ascensão econômica.

²⁹ Com relação a Renner como um dos exemplos mais destacados de paternalismo empresarial no Brasil, Robert Jackson ALEXANDER. *Labor Relations in Argentina, Brazil, and Chile*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1962, Cap. VII. Devo esta referência a Antônio Luigi Negro.

³⁰ Com relação à extensão dos benefícios na Renner, ver Ernesto A. PELLANDA. *J. Renner, um Capitão da Indústria*. Porto Alegre, Globo, 1944. Também J. MAIA NETO. *Homem e Progresso*. Porto Alegre, Sulina, 1963.

³¹ Cf. Elóy Martins, entrevista ao autor, janeiro de 1992.

Este complexo cenário, composto por transição na hegemonia política, pelo desenvolvimento de uma luta pela efetivação de direitos e pela concorrência pela adesão operária com iniciativas diversas, precisa ser levado em conta, à medida que avançamos para a análise do modo como foi formulada a resposta particular ao problema da integração da “mutualidade” dentro de uma estratégia sindical no interior de duas entidades que assumiram papel de destaque nas lutas operárias do período: os sindicatos de padeiros e metalúrgicos.

EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICA SINDICAL DIREITOS E CONTROLE DO MERCADO DE TRABALHO: O SINDICATO DOS PADEIROS

A organização sindical dos padeiros de Porto Alegre remonta a 1905, data de fundação da “sociedade de resistência padeiral”, tendo-se verificado oito paralisações na categoria até 1919³². Já no relatório da FORGS ao segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a União Padeiral aparece com o segundo maior número de associados entre as 19 agremiações filiadas: 600, abaixo apenas da União dos Pedreiros com 1.400³³.

Neste mesmo ano, inicia-se a luta pelo repouso semanal aos domingos, que é conquistado, em negociação mediada pela Intendência Municipal de Porto Alegre, mas descumprido. O protesto contra esta situação leva à prisão de padeiros em 1915, gerando nova paralisação vitoriosa. Já em 1916, realiza-se nova greve cujo objetivo é a redução da jornada de trabalho³⁴.

³² Cf. João Batista MARÇAL. *Primeiras Lutas Operárias no RGS: origens do sindicalismo rio-grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985, p. 118.

³³ *Idem*, p. 26. Posteriormente, os sócios da entidade limitam-se a cerca de 350, provavelmente em função da exclusão dos repartidores, encarregados da distribuição do pão. Com relação à exclusão dos repartidores, ver entrevista do Sr. João Flores, “Machadinho”. Dados sobre o número de associados constam das Atas de Assembléia Geral Extraordinária do sindicato e de outras fontes como o *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 1941*, Vol. IV, *Situação Social*, que registra 313 sócios em 1938 e 320 em 1939.

³⁴ *Idem*, p. 83.

As formas de ação direta usadas pela categoria podem ser exemplificadas pelo depoimento sobre a greve de 1923, do Sr. João Flores (o “Machadinho”), que iniciou a trabalhar como auxiliar de padeiro em 1917:

“O sindicato (...) não queria que se fizesse pão de domingo para segunda, (...). E os patrões (...) queriam que o pão fosse rotativo. (...) E foi o caso mais sério que eu posso te dizer, foi (...) quando o sindicato [sussurrado] matou um sujeito ali [na] (...), Padaria do seu Piccini. (...) O sindicato mandou comunicar-lhe que não fizesse [pão] e mandou dizer ao pessoal que, aquele que fosse trabalhar estava sujeito a morrer, e eles não ligaram, não ligaram e dali a dois dias, três dias, dois, três homens do sindicato, (...) é, eles mataram né, morreu um padeiro, teimaram em fazer pão e ali por volta da madrugada eles assaltaram a padaria.”³⁵

Podemos suspeitar que, ao optar pela atuação “dentro da lei e da ordem” após 1930, os sindicalistas padeiros, majoritariamente remanescentes das lutas da década de 20, sabiam exatamente os potenciais colocados pela ação direta e também seus riscos, como indica a comoção causada pelo incidente relatado acima e seu final sangrento, que impactou negativamente na luta reivindicatória da categoria.

A luta pelo repouso dominical teve, porém, vários capítulos. Em meio à polêmica que antecipa a greve de 1933, na qual o sindicato conduziu a paralisação do fornecimento de pão na cidade por mais de dois meses, em torno da mesma reivindicação, o ex-padeiro e proprietário da padaria envolvida no evento acima citado, Alexandre Piccini, surpreendentemente respalda a proposta sindical e atesta a sua viabilidade referindo-se a uma lei municipal de 1927, pela qual o trabalho das padarias

³⁵ Entrevista concedida ao Autor pelo padeiro aposentado João Flores “Machadinho”. Conforme o relato verbal de antigos militantes, fazia parte também das táticas de greve injetar iodofórmio (produto de odor intenso) em ovos que posteriormente eram lançados sobre as carroças de pão, inutilizando a carga.

era interrompido no domingo e só retomado às 24 horas. Lamentava Piccini que “tempos depois desapareceu este convênio”, e o trabalho no domingo voltou a ser reiniciado às 12 horas³⁶.

Considerando-se os antecedentes de 1913, 1915, 1916, 1917, 1923 e 1927, para ficar apenas nos casos melhor registrados, é bastante compreensível que, na sessão de oficialização do sindicato e filiação à FORGS, ocorrida após a frustração da negociação sobre a aplicação da lei da jornada de trabalho de 1932, um associado se referisse à longa trajetória de lutas da categoria, dizendo que “não podia deixar passar aquele momento sem lembrar os companheiros desaparecidos, os quais foram os incansáveis batalhadores e mártires da organização dos padeiros para o descanso dominical”³⁷.

A legitimidade das reivindicações dos padeiros, frente à categoria e à opinião pública, era reforçada pelo fato de elas se referirem a direitos que já tinham sido reconhecidos, mas eram, na prática, negados. Este foi um dos elementos que contribuiu para tornar a greve de 1933-34 um grande momento de enfrentamento de classes, reforçando o poder simbólico da associação entre a luta específica da categoria e a luta pela efetivação dos direitos do conjunto dos operários. Os padeiros eram, afinal, o grupo de trabalhadores da cidade que combinava maior continuidade organizativa à maior persistência na luta por direitos sociais, durante as três primeiras décadas do século e se, após todos estes anos, a lei não fosse capaz de fazer-lhes finalmente justiça, a seriedade da política trabalhista governamental poderia ser definitivamente posta em questão. Podemos entender, assim, que não apenas o Sindicato dos Padeiros exercia uma forte luta reivindicatória, mas que, nesta conjuntura, ele era de fato o ponta-de-lança de uma estratégia geral de luta pela efetivação, ampliação e universalização dos direitos dos trabalhadores.

³⁶ *A Voz do Trabalhador*, nº 4, Coleção AEL.

³⁷ Ata de Assembléia Geral Ordinária nº 18, Sindicato dos Padeiros de Porto Alegre, 14/01/1933.

A luta reivindicatória não era, porém, o único elemento da prática sindical dos padeiros. Outro ponto forte da sua organização coletiva, que lhe possibilitava grande poder de pressão, era a busca do controle pelo sindicato sobre o mercado de trabalho através da sua bolsa de colocação. A bolsa baseava sua viabilidade nas particularidades do processo de trabalho da categoria, que era ainda extremamente artesanal, combinando força bruta e saber prático:

“Naquele tempo, (...) muito pouca [padaria] tinha mecânica, máquinas, era tudo feito à mão mesmo. Era umas masseiras enormes, [o] ‘sistema’ [era] um cocho, assim quadrado, né, mais ou menos com três, quatro metros de comprimento, e com 50 cm, 60 cm de largura (...) A gente colocava, 5 sacos de farinha, botava dois e meio naquele [lado] e dois e meio nesse e se botava água. (...) Cada lata d’água era um saco de farinha. (...) Vinha dois [padeiros] daquele lado e dois desse, até ela [a massa] se unir uma com a outra, (...) aquilo ficava para levedar, três horas, depois de três horas a gente socava ela (...) e fazia o pão”³⁸.

Por estas características, a formação da mão-de-obra das padarias exigia um aprendizado demorado, geralmente iniciado ainda na infância na condição de ajudante. O desempenho das várias funções da profissão envolvia uma hierarquia de experiência adquirida e repassada no próprio trabalho:

“O forneiro é aquele que mete o pão pra dentro do forno, (...) aquele homem tem uma pá dele e tem o ajudante dele, ajudante de forneiro (...) ele tem que ter um conhecimento da caloria do forno. (...) Tem um mestre, um responsável por todo o serviço da padaria aquele é um homem especializado (...). Aquele controlava tudo, mandava o forneiro, mandava o ajudante. (...) Um quadrista era aquele que ajudava, ficava na mesa, quando tava a massa em cima da mesa ele pegava, tinha um senhor que tinha uma balança,

³⁸ Entrevista concedida pelo padeiro aposentado João Flores “Machadinho” ao Autor.

ele pesava. (...) O fermenteiro é aquele que inicia o serviço (...), tinha uma masseira ali, o senhor chegava e dizia: põe 5 quilos de farinha aí.. Botava 5 quilos de farinha e mais ou menos 2 quilos de massa cozida, eu botava um pouco d'água, desmanchava bem desmanchadinho e dava umas "pelada"³⁹ (...) Depois de 4 horas aquilo era fermento então dali o mestre mandava pegar o que ele precisava para fazer a quantidade de pão que ele queria"⁴⁰

O ingresso no sindicato e o reconhecimento coletivo enquanto membro da categoria era restrito àqueles trabalhadores com comprovada capacitação para o exercício de alguma destas funções, o que somente poderia ser alcançado por meio da iniciação como ajudante e progressão a partir da experiência, ou então, por meio de um teste de ingresso, aplicado aos profissionais que se deslocavam de outras cidades para Porto Alegre. A desobediência a estas regras implicava forte reação coletiva. O Sr. "Machadinho", por exemplo, liderou a paralisação de uma padaria que estava empregando um "intruso", sob o argumento de que: "esse homem não pode trabalhar com nós, ele não é sindicalizado, ele não é sócio do sindicato, e isso é um mau elemento, né..."⁴¹.

No contexto de uma categoria de "iniciados", a existência de uma Bolsa de Trabalho servia como mecanismo para distribuição - entre pares e a partir de critério claramente definido - das vagas de trabalho disponíveis, evitando que a competição individual pudesse prejudicar o seu poder de barganha coletivo frente aos proprietários de padaria. Por outro lado, o funcionamento da Bolsa e seu reconhecimento pelos empresários garantiam a integração do sindicato ao cotidiano dos locais de trabalho, conforme podemos perceber no debate sobre a indicação de um sindicalizado para uma vaga aberta em uma padaria: "...

³⁹ Retirada de pequena quantidade de massa para experimentar a textura.

⁴⁰ Entrevista concedida pelo padeiro aposentado João Flores "Machadinho" ao Autor.

⁴¹ *Idem*. A suspensão de um "forasteiro" trabalhando na "Padaria Ideal" é registrada também na Ata da Assembléia Geral Extraordinária (daqui em diante AGE) n° 31, de 27/5/1933.

sobre o caso do companheiro Geraldo Siqueira, (...) (...) [foi] constatado não haver nenhuma falta pelo companheiro Geraldo, mas declarou o burguês que quando deu-se o lugar já estava para ser do companheiro Laudelino." Ou então na punição de um sindicalizado com a perda da prioridade para ocupar a próxima vaga disponível: "muito debatido o caso e constatada a má atuação do companheiro Manoel Tavares para com este sindicato, [foi] aprovado que o companheiro Heitor se colocasse em primeiro lugar na bolsa na quadra de forneiro"⁴².

Este tipo de discussão constituía uma das atividades mais características da ação sindical da categoria, e dificilmente algum problema ocorrido durante o trabalho não apareceria na pauta da assembléia seguinte, dando origem a intensos debates. Aqui podemos perceber como o exercício da gestão do acesso às vagas envolvia o debate relativo à ética de trabalho, numa relação com o capital que ia além do âmbito contratual da venda da mão-de-obra, para englobar parâmetros normativos relativos à atitude e comportamento do operário no trabalho. Considerava-se tão importante a manutenção pelo trabalhador de uma atitude julgada "respeitosa", que grandes cobranças eram feitas mesmo em relação à postura dos associados no interior do sindicato⁴³.

Por outro lado, a manutenção de uma tradição de envolvimento com os problemas do local de trabalho contribuiu para o desenvolvimento de uma ação reivindicatória forte e bastante autônoma:

"(...) a gente fazia aquela ação direta que ainda tinha algum padeiro velho que orientava a gente, né? Que era mais novo, né? (...) Quando a padaria não queria pagar o

⁴² AGEs n° 23, 18/02/1933 e n° 41, 19/08/1933.

⁴³ Vide AGE n° 12, de 02/11/1932, que registra a decisão de "oficiar sócio para que mude de linguagem" no trabalho, ou AGE n° 16 de 24/12/1932, na qual se decidiu repreender o associado Julio Brazil por ter durante a eleição sindical rasgado a lista da chapa oficial e usado "palavras acerbadas" na sede da entidade, demonstrando "não saber se portar". A identificação de alguém como sendo um "elemento inútil" poderia mesmo ser utilizada para prevenir a aceitação como sócio, vide AGE n° 8, 16/10/1932.

*salário que compensava para a gente a gente fazia uma massa, (...) quando ela crescia a gente baixava, o mestre reunia 5 ou 6, como fosse, e ia lá no seu fulano: '- Seu fulano, nós viemos aqui lhe comunicar que nós queremos tanto de aumento' e o seu fulano dizia '- Nós não podemos dar aumento', (...) '-Uma vez que o senhor não pode dar, ninguém trabalha mais, a massa tá dentro da masseira, e o senhor chama padeiro ou chama quem o senhor quiser...'. O homem via às vezes naquele tempo 500 ou 600 mil Réis ali, 600 mil Réis se comprava um bonde, né, comprava um automóvel, um Fordinho, (...) e o dono da padaria era obrigado a dá o aumento, se ele não desse o aumento perdia tudo."*⁴⁴

A ligação ao local de trabalho, reforçada por mecanismos como a Bolsa, a experiência de ação direta redefinida "dentro da lei e da ordem" e o forte senso de dignidade profissional e organizacional eram alguns dos elementos mobilizados pelo sindicato padeiral para manter a organização e o moral necessários ao enfrentamento de uma greve de longa duração como a de 1933, ao mesmo tempo que lhe emprestavam autoridade para intervir no debate sobre a viabilidade da aplicação da nova legislação sem prejuízo ao fornecimento de pão para a população.

Bolsa e luta reivindicatória, todavia, não esgotavam o papel do sindicato frente à categoria. Como as demais organizações sindicais do período, o Sindicato Padeiral adotava mecanismos mutualistas para oferecer respostas complementares a problemas que afetavam a existência dos trabalhadores. Com relação à própria questão do desemprego, se a Bolsa proporcionava a gestão das vagas existentes, estas eram em muitos momentos insuficientes, o que levou a iniciativas como a constituição da Caixa de Auxílio aos Desempregados. Outros problemas definidos como relativos à "beneficência" eram encaminhados a uma comissão constituída para esta finalidade⁴⁵.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ Cf. AGEs n° 2, 20/8/1932; n° 35, 25/6/1933, s/n° 30/12/1933 em que se decide organizar um "pic-nic em apoio aos desempregados" e n° 7, 13/10/1932, onde se decide repassar 200\$000 para a viúva de um sócio falecido, de acordo com o previsto nos estatutos da Caixa respectiva.

A questão da mutualidade, porém, ocupava pequeno lugar na pauta de atuação sindical dos padeiros, cuja orientação central se direcionava pela estratégia combinada de controle e gestão do mercado de trabalho e de luta por direitos. Conforme veremos a seguir, numa categoria industrial em processo de crescimento, como os metalúrgicos, os mesmos elementos eram combinados de modo significativamente distinto.

DA SOLIDARIEDADE AO SERVIÇO PRESTADO - MUTUALIDADE E ASSISTÊNCIA NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

A indústria metalúrgica não possuía grande peso na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século. Na cidade de Porto Alegre, o predomínio era dos estabelecimentos de pequeno e médio porte, e de setores tradicionais do ramo, como as fundições. Existiam ainda diversos pequenos estaleiros, em função da importância da navegação fluvial no estado e da excelente localização portuária da cidade, situada em frente a um estuário formado pela confluência de diversos rios navegáveis que deságuam na Lagoa dos Patos e desta seguem rumo ao mar. Após 1930, o setor começa aos poucos a se complexificar, abrindo espaço inclusive para uma maior presença de operários qualificados no interior da categoria metalúrgica.

O sindicato dos metalúrgicos, desde 1933 sob hegemonia comunista, possuía, ao longo de toda a década, uma Caixa de Beneficência. Mais do que isso, a Caixa pode ser considerada, na verdade, uma espécie de alter-ego do sindicato, sendo que a definição e redefinição do papel de cada um e da relação entre ambos marca o desenvolvimento da luta política envolvendo comunistas e getulistas (bem como os próprios agentes do Estado durante o processo de intervenção desencadeado já em 1935).

Não que cada setor dispusesse de propostas fechadas para o trato com a questão assistencial. Nem mesmo é o caso de que as divergências sobre o assunto levassem sempre a uma polarização nítida entre estas duas correntes. Mas ao longo dos vários momentos em que se definem e redefinem os rumos da ação sindical, de acordo com o contexto político geral e a correlação de forças interna, vão se processando mutações no

binômio sindicato-beneficência de modo extremamente imbricado à disputa de hegemonia na entidade. Este cruzamento entre o debate das definições a serem adotadas sobre a questão assistencial e a disputa de concepções mais gerais sobre o caráter da entidade sindical ocorria na medida em que as primeiras traziam embutidas visões sobre a natureza do vínculo entre os associados e o sindicato e sobre suas outras funções, como a luta reivindicativa.

Durante um primeiro momento que se estende até 1936, as duas entidades (Sindicato e Caixa de Beneficência) são claramente distintas, possuindo estatutos, direção e finanças próprias. Deste modo, a entidade sindical, mesmo definindo como seu papel central a ação reivindicatória, não se recusa a manter sob sua gestão uma estrutura beneficente e, através desta, a solidariedade operária integra e fortalece a coesão associativa da sua base. Em março de 1934 é escolhida uma comissão de estudos para a constituição da Caixa, especificando-se que ela se destinaria ao tratamento dos problemas ligados à doença e à morte⁴⁶. A sindicalização não implicava automaticamente na adesão à caixa, para o que o associado deveria pagar uma “jóia” (montante de dinheiro pago no momento de filiação a uma entidade) e mensalidades específicas.

Os estatutos datados de 13 de janeiro de 1933, de um lado atendem aos requisitos legais (como a inclusão da colaboração com os patrões e o Estado na solução dos conflitos, e a observância de 2/3 de brasileiros natos na direção). Por outro lado, destacavam o classismo da entidade ao prever que “os sócios que passarem à categoria de gerentes ou diretores de empresa” perderiam os direitos de tomar parte, votar, ser votados e convocar assembléias, e que aqueles que “se tornarem patrões serão automaticamente desligados do quadro social”⁴⁷. O mesmo estatuto destacava como primeiras finalidades da entidade “reunir todos aqueles que exerçam a sua atividade na profissão de

⁴⁶ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Metalúrgicos (daqui em diante AGE) nº 38 (9/3/1934).

⁴⁷ “Estatutos do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre”, 1934.

operário metalúrgico” e “promover pelos meios ao seu alcance, a melhoria das condições de trabalho, pleiteando e defendendo os interesses da classe junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”⁴⁸. Nesse sentido, mesmo incluindo a adoção de “medidas de utilidade e beneficência” como seu último objetivo, deixa clara a destinação prioritária dos seus recursos à luta reivindicatória ao explicitar que as primeiras seriam realizadas “de acordo com as possibilidades financeiras do sindicato, elaborados os regulamentos que forem necessários”⁴⁹.

A hierarquia estabelecida no campo da beneficência era definida pela observação de uma “ordem de precedência”, que listava em níveis decrescentes de prioridade as assistências “aos desempregados, compreendendo uma agência de colocação”; judiciária; médica; hospitalar e dentária; à família dos associados falecidos; e finalmente a realização de cursos de instrução primária e profissional⁵⁰. Apesar de colocada em primeiro plano, aparentemente a assistência aos desempregados não se consolidou. Conquanto tenha sido constituída uma terceira entidade específica em 1934 (a Caixa de Socorro dos Desempregados do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre) e em vários momentos se mencione a tentativa da implantação de uma agência de colocação⁵¹ (Bolsa de Trabalho), não há nas atas de assembléia referência a uma atividade regular nesse campo, e as mensalidades específicas previstas não vieram a ser cobradas, ao contrário das da Caixa de Beneficência⁵². A complexidade da categoria, envolvendo a combinação entre distintos níveis de qualificação formal e informal dos operários,

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ As dificuldades neste sentido podem ser percebidas na AGE nº 63 (29/3/1935), onde diante da constatação de que a Bolsa de Trabalho do Sindicato deixou de funcionar “há meses”, é proposta a sua reativação, com a organização do quadro de metalúrgicos desempregados disponíveis para eventuais vagas.

⁵² As referências que constam são a eleição de uma comissão provisória (AGE nº 38 de 9/3/1934) e a realização de um festival em prol das finanças da entidade (AGE nº 65 de 26/4/1935).

assim como a dinâmica de expansão da indústria, levavam a uma situação em que se tornava difícil implementar uma estratégia em que uma Bolsa pudesse ser eficaz como instrumento de controle do mercado de trabalho, como era o caso dos padeiros. Assim, podemos perceber que, no caso dos metalúrgicos, mesmo quando se busca implementá-la, a Bolsa é concebida como uma forma a mais de “benefício” a ser oferecido aos associados. Os elementos que se incorporam de fato à atuação sindical são a assistência judiciária (a cargo do próprio sindicato) e a assistência relativa à doença e à morte (na alçada da Caixa).

Uma das causas para a valorização destes aspectos “mutualistas” pelos militantes que defendiam uma atitude marcadamente reivindicativa por parte do sindicato estava no papel atribuído a estas práticas como forma de extensão e fortalecimento da solidariedade de classe. Embora em expansão, a categoria metalúrgica ainda possuía uma dimensão numérica relativamente pequena. O próprio sindicato no período jamais chegou a atingir 1.000 associados⁵³, e abrigava uma forte rede de laços pessoais. Uma liderança comunista da época, questionada sobre os elementos que possibilitavam à militância a continuidade do trabalho político nas fábricas e nos bairros durante o Estado Novo, salientou como fator determinante a camaradagem presente nas relações interpessoais:

“...todo mundo tinha um apelido, e isso era uma ligação assim um tanto íntima, não era um problema do partido ou do sindicato, é que se conseguiu esta unidade do ponto de vista geral. Se sabia qual era o dia do aniversário do Fulano, de Beltrano, da filha, da mulher, sabia aonde é que o cara ia, se jogava futebol, quem é que gostava de beber,... havia

⁵³ As cifras são extremamente questionáveis, à medida que, via de regra, especialmente após o esvaziamento provocado pelos processos de intervenção, sócios afastados da entidade ou mesmo da categoria não eram excluídos dos registros, levando a uma acumulação artificial de membros. O *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*, 3º Volume, *Situação Social* (Departamento Estadual de Estatística, Porto Alegre, 1941) registra 638 sócios para 1938 e 998 para 1939. A categoria dos “sócios quites”, ou seja, aqueles com as mensalidades em dia (que pode ser verificada apenas nos momentos de eleição sindical) raramente ultrapassou a 400, caindo durante o período de intervenção, até chegar ao patamar mínimo de 59 em fevereiro de 1942.

*uma certa intimidade, que se transformava numa espécie de família, família ampliada...*⁵⁴

Posteriormente, vinculando a prática da formação de comissões para visitar os sócios doentes a esta camaradagem que permeava os laços associativos, o mesmo entrevistado enfatizava a relação entre solidariedade e projeto político, já que “o cara é revolucionário não é porque quer morte,... o cara é revolucionário porque quer a vida”⁵⁵. Na interpretação deste dirigente, as fontes irradiadoras desta camaradagem seriam as células de empresa do PCB, que, em muitos momentos, confundiam-se com a própria organização de base do sindicato. Podemos questionar a idéia de que este impulso partisse do partido, mas, imaginando o grau de afinidade mais estreito e a cumplicidade dos operários comunistas de base face à repressão, é fácil compreender que a intensidade deste relacionamento fosse profundamente acentuada no seu meio. A camaradagem partidária refletia, porém, uma configuração peculiar de valores profundamente enraizados nas tradições da cultura operária.

A exaltação da solidariedade como valor político, permeando desde as relações interpessoais até a construção coletiva de instrumentos de organização, pode também ser percebida na matéria d’*A Voz do Trabalhador* que relata uma assembléia do sindicato. Nessa sessão, após serem aprovadas tanto a compra de um exemplar semanal por cada metalúrgico sindicalizado como a realização de coletas periódicas em benefício do jornal, observou-se um minuto de silêncio pela morte de um metalúrgico, concluindo a matéria que: “Todas as vezes que uma nova pedra é colocada no nosso edifício de solidariedade proletária, é mais uma brecha que se abre para clarear os cérebros inconscientes, e o obscurantismo recebe mais uma violenta rajada de claridade”⁵⁶.

No próprio espaço coletivo do sindicato aparecem iniciativas de solidariedade que extrapolam os auxílios

⁵⁴ Elóy Martins, entrevista concedida ao autor, 17/01/1992.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ “A Voz do Trabalhador”, nº 23, 17/3/1934.

estabelecidos pela Caixa, indo além da lógica excludente do benefício corporativo: é o caso das listas para arrecadar contribuições para operários (sindicalizados ou não) que se encontram com enfermidades graves e/ou prolongadas⁵⁷. Além disso, há a prática do amparo psicológico aos doentes e às famílias dos falecidos, através das comissões de visitas, e da homenagem aos que faleciam na forma da observação de um minuto de silêncio nas assembléias⁵⁸. A intensificação da repressão, posteriormente, gera outros motivos de solidariedade, como as prisões de vários dirigentes e a deportação do segundo secretário do Sindicato, o húngaro Millan Knafelz, em janeiro de 1935, em decorrência da tentativa de greve geral dirigida pela Federação Operária⁵⁹. A solidariedade também se manifesta na relação com outras categorias, sendo freqüentes as manifestações de apoio como aquelas dirigidas aos trabalhadores da Leopoldina Railway, aos portuários de Santos ou aos metalúrgicos do Rio de Janeiro⁶⁰. A

⁵⁷ Por exemplo, na Ata nº 68, de 14/6/1935,: "... o segundo secretário lê uma notícia do Correio do Povo sobre um companheiro metalúrgico que não é sindicalizado e que se acha gravemente enfermo e na extrema miséria, um camarada do plenário pede para os demais companheiros que façam subscrições nos estabelecimentos onde trabalham para socorrer este camarada assim como foi feita uma coleta na seção que rendeu a quantia de 17\$400 que foi entregue ao dito camarada...". Ou nas AGEs nº 38 (9/3/1934) quando se faz a homenagem a um camarada doente e nº 51 (31/8/1934) onde se levantam auxílios para "um sindicalizado enfermo e outro hospitalizado", definindo-se por passar listas nas fábricas e dividir o total entre os dois.

⁵⁸ Cf. AGEs nº 82 (24/1/1936), com a tirada de um comissão para visitar os sócios José Baldelino Lemes e João Wietti e nº 101 (20/8/1937), com a mesma iniciativa em relação a outros dois associados (Campos e Ferreira). Na ata 38, de 9/3/1934:"... o camarada presidente pede à assembléia que se recolhesse um minuto de pé para render homenagem à morte do camarada Armando Coelho o qual já de tempo achava-se doente na Santa Casa". Já na AGE nº 89 (20/3/1936) manifesta-se um voto de pesar por companheiros mortos recentemente.

⁵⁹ As cartas de Millan pedindo auxílio, assim como o encaminhamento de uma coleta neste sentido, articulada à divulgação de uma moção contra a "Lei-Monstro" , como era chamada a Lei de Segurança Nacional já então em discussão e que seria promulgada em Abril de 1935, encontram-se nas AGEs nº 60 (1º/3/1935) e nº 61 (15/3/1935).

⁶⁰ AGE nº 43 (27/4/1934) , nº 51 (31/8/1934) e nº 78 (8/11/1935).

questão assume ainda maior importância frente a categorias mais próximas, como na tentativa de greve conjunta com os têxteis em 1935.

Uma vez estabelecidos os elos entre mutualidade e a cultura de solidariedade operária vivenciada pelo metalúrgicos de Porto Alegre, é interessante identificar o modo como estes construíram seus mecanismos de mutualidade como forma específica de canalização desta solidariedade, assim como seu papel na luta entre diferentes concepções sindicais.

Os estatutos da Caixa de Beneficência dos operário metalúrgicos, aprovados em 3 de abril de 1934, estabeleciam para os associados auxílios pecuniários diários por até 3 meses (no primeiro mês, 3\$000, no segundo, 2\$500, e no terceiro, 2\$000) e um auxílio de 200\$000 para a família em caso de falecimento. Uma reformulação estatutária em outubro de 1935 explicita a compreensão sobre o espaço e o papel da entidade:

“Não são as caixas beneficentes que resolverão os problemas que preocupam e agitam os trabalhadores; teremos que reivindicar e conquistar muito mais, e para isso devemos nos arregimentar e nos organizar em torno do nosso sindicato, pois só coletivamente e nunca individualmente poderemos pleitear medidas que venham deveras garantir melhorias das nossas condições de existência.

Decidimos fundar uma Caixa de Beneficência anexa ao sindicato, para que se possa amenizar um pouco a miséria angustiosa que quase sempre entra junto com a doença no lar do operário.(...)

Art. 1º. Tem essa caixa de beneficência por fim socorrer os associados enfermos, quando por virtude de enfermidade estiverem incapazes de ganhar a subsistência.”⁶¹

Como se percebe, o auxílio assegurado não se refere ao pagamento de despesas médicas, mas ao rendimento que o associado estaria impossibilitado de obter com seu trabalho.

⁶¹ Estatuto da caixa de beneficência, versão de outubro de 1935.

Nota-se também o caráter fortemente personalizado das relações mantidas entre os membros da caixa em outros itens do mesmo estatuto, como os que estabelecem que o dinheiro do benefício seria entregue semanalmente na casa do associado por um diretor, ou que, ocorrendo a morte do beneficiário na ausência de familiares ou amigos, o próprio sindicato se encarregaria de providenciar os funerais⁶².

Esses itens comprovam a inserção da Caixa no interior de práticas tradicionais de solidariedade que permeavam a organização sindical. Não obstante, há um forte contraste entre estes mecanismos de institucionalização de uma prática de solidariedade e o caráter mercantilizado de prestação de serviços que a assistência prestada pelo sindicato vai posteriormente adquirindo. Dentro do sindicato, estão em curso neste momento dois processos simultâneos e interligados que irão acentuar a relação das redefinições da questão da beneficência com a disputa de concepções sindicais distintas. Um deles é a polarização entre o setor vinculado à Inspetoria e uma ala esquerda capitaneada pelos comunistas, com envolvimento de diversos sindicalistas independentes⁶³. O outro é o avanço da implantação de diversos processos de controle e intervenção por parte da Inspetoria Regional do Trabalho - IRT (e posteriormente da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS) no funcionamento da entidade, transformando completamente o caráter da sua atuação⁶⁴.

Esse processo de intervenção, entretanto, não levará a mudanças imediatas na relação entre sindicato e assistência. Ainda em julho de 1935, percebemos a busca de novas formas de organização da mutualidade preservando a sua distinção em relação ao papel do sindicato enquanto órgão de reivindicação, como na proposta de “criar grupos de vinte camaradas, (..) no

⁶² *Idem*, artigos 3º e 11º.

⁶³ Ver Alexandre FORTES. *Buscando nossos direitos... Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, Dissertação de Mestrado - UNICAMP/IFCH, 1994. Cap. II, itens 2.1 e 3.1.

⁶⁴ *Idem*, Cap. II, item 4.

caso de doença de um do grupo será cobrado mil Réis para auxiliar o enfermo”⁶⁵.

Por outro lado, o texto do estatuto de outubro de 1935, quando comparado com o anterior, já aponta para o estreitamento da vinculação orgânica sindicato/caixa, ficando estabelecido um repasse de uma parcela da arrecadação do primeiro para a segunda, e reduzindo-se a contribuição específica desta. A fiscalização das finanças da caixa, além disso, passa a ser efetuada também pelo Conselho Fiscal do Sindicato⁶⁶. Em agosto de 1936, inicia-se a fase final da redefinição do caráter da beneficência no interior da organização dos metalúrgicos, com a tentativa de fusão entre a Caixa e o Sindicato, e o pagamento de uma mensalidade única. Na primeira oportunidade em que foi proposta, esta medida foi rejeitada, tendo-se oposto a ela até mesmo um dos expoentes do getulismo entre os metalúrgicos, o ex-presidente José Baldelino Lemes. A argumentação dos opositores da medida era que: “...o sindicato, com o apoio de tal proposta ficava com finalidade quase que exclusivamente beneficente...”⁶⁷.

Contudo, após sete meses de disputa, no auge do controle policial sobre a entidade, a vinculação foi aprovada. Pouco antes desta decisão, já haviam sido criadas duas faixas de mensalidade,

⁶⁵ Ata nº 71 da assembléia de 12/7/1935, a mesma proposta foi debatida e esclarecida nas AGEs nº 72 (2/8/1935) e nº 73 (9/8/1935).

⁶⁶ A reformulação neste sentido foi aprovada em AGE nº 76 (4/10/1935), onde foi eleita uma nova diretoria e ficou decidido que o mandato desta terminaria junto com a do sindicato.

⁶⁷ AGE nº 90 (21/08/1936), a “celeuma” foi tão grande que a mesa lutou desesperadamente para conter o plenário recorrendo ao uso de tímpanos. Na mesma assembléia foi aprovada a anexação de um gabinete dentário (com discussão da tabela de preços e votação do contrato a ser adotado), o que prenuncia o caráter de prestação de serviços, mas, por outro lado, rejeitou-se a proposta de que a Caixa cobrisse o pagamento de despesas médicas em caso de urgência, mantendo a relação entre o auxílio prestado e a perda da remuneração do trabalho ao qual o doente estava impossibilitado.

dando direito a benefícios igualmente distintos⁶⁸. Começa a se processar a mercantilização da assistência, com a proliferação de convênios (médicos, dentistas, laboratórios, hospitais...) onde o associado teria direito a um serviço inteiramente gratuito ou com algum desconto⁶⁹. Esta nova compreensão da questão pode ser percebida, por exemplo, na proposta de “cobrar as fichas de assistência médica do sindicato a fim de evitar certos abusos que vinham se verificando por alguns associados...”⁷⁰.

Já em 1938, completado o processo de transformação no funcionamento da entidade, o qual se desenvolvia desde a primeira intervenção em 1935 transitando pelo golpe do Estado-Novo, os serviços da Caixa passam a ser usados como chamarizes em uma campanha de sindicalização, oferecendo-se aos novos sócios a opção de usufruir dos direitos da beneficência em seis meses, pagando quinze mil Réis de “jóia”, ou em um ano, pagando sete mil Réis⁷¹. Busca-se substituir o apelo à participação, que a combinação entre luta reivindicativa e mutualidade antes propiciava, por um leque de serviços, ampliados especialmente após a criação do imposto sindical em 1941. Entretanto, a tentativa de consolidar o caráter assistencial do sindicato não obtém sucesso

⁶⁸ A polêmica aparece nas AGEs nº 91 (20/11/1936), nº 94 (4/2/1937) e nº 95 (5/3/1937). Sintomaticamente, no debate das faixas de mensalidade, o sindicalista Bruno Reginato a elas se contrapôs alegando que a Diretoria ao propô-las “desconhecia as necessidades dos associados” e recebeu como resposta que ele “desconhecia as necessidades do sindicato”, numa clara demonstração do distanciamento entre a entidade e sua base.

⁶⁹ A primeira decisão neste sentido encontra-se na AGE nº 92 (20/11/1936), onde se estipula que a caixa cobriria até 3 consultas médicas e odontológicas dos seus associados por ano. Nesse sentido, se envia ofício ao Sindicato dos Médicos solicitando a sua colaboração para “facilitar” este auxílio.

⁷⁰ Ata nº 114 da assembléia de 4/11/1938. Anteriormente já havia se estabelecido um convênio com a clínica dos Ferroviários a fim de garantir um desconto de 40% no uso de serviços de laboratório, Cf. AGE nº 97 (9/4/1937).

⁷¹ Ata nº 115 da assembléia de 02/12/1938. É interessante notar a identificação das ações trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho como um tipo de “assistência” e não como parte da ação reivindicatória. Comentaremos adiante o significado deste deslocamento.

imediatamente. As assembleias esvaziam-se e perdem regularidade, algumas eleições não obtêm quórum, o número de associados “quites” cai rapidamente, os diretores abandonam suas funções ou nem chegam a assumi-las⁷². Este quadro só começa a ser revertido após 1942⁷³.

Com a criação, em 1943, do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), refletindo o início da montagem de uma estrutura previdenciária durante o Estado-Novo, o antigo papel de intermediador entre trabalhadores e Estado, que o sindicato já assumira no que diz respeito à legislação trabalhista em relação à IRT, passa a ser exercido também com relação a esta nova instituição, no âmbito da saúde e previdência⁷⁴.

A assistência prestada pela entidade comporta cada vez mais um forte elemento de desconfiança e controle sobre os associados. As antigas comissões de visita aos doentes, por exemplo, são substituídas por comissões de sindicância, com o fim de averiguar se não estaria ocorrendo um “abuso do direito associativo”⁷⁵. Este controle se acentua por meio da exigência de atestados médicos do sindicato e do IAPI, para a obtenção do auxílio, que é reduzido para 20 dias.

⁷² *Idem*, onde consta a demissão de Bruno Reginato e Ignacio S. Rodrigues, por exemplo, ou Ata nº 118 de 10/03/1939, onde a eleição de uma nova diretoria é anulada em função da falta de quórum. Havia 181 associados quites, com a necessidade de 121 votantes contra 50 que compareceram. Em 31/12/1937 o número de associados quites ainda era de 378.

⁷³ Na Ata nº 8 (numeração nova) de 14/08/1942, se saúda o “crescente número de sócios” (possivelmente em função da ampliação da assistência), mas um grande salto se dá apenas em meio às greves de 45, quando em um curto período de tempo triplicam as matrículas, *cf.* Ata nº 26 de 16/11/1945.

⁷⁴ A criação de um Instituto de Aposentadorias e Pensões era uma antiga reivindicação da categoria, tendo sido proposto o estabelecimento de uma frente única para lutar neste sentido (AGE nº 48 de 20/7/1934), criadas comissões para o seu encaminhamento (AGE nº 49 de 1º/8/1934) e estabelecida a troca de correspondência com uma congênere do Rio de Janeiro (AGE nº 51 de 31/8/1934). Infelizmente, não possuímos elementos para comparar a proposta esboçada pelo sindicato e a que acabou sendo implementada pelo governo durante o Estado-Novo.

⁷⁵ A AGE nº 122 de 07/07/1939 decide criar um formulário próprio para controle dos enfermos.

Mesmo a revitalização da atividade sindical durante e após as greves de 1945 não mais reverteria o caráter adquirido pela assistência prestada na entidade. A polêmica a este respeito concentra-se agora na expansão ou não do acesso aos benefícios, através da redução do prazo de carência para 60 dias, assim como de uma re-ampliação do período de desfrute igualmente para 60 dias, além do aumento do valor do auxílio-funeral⁷⁶. A estrutura sindical atrelada ao Estado já se encontrava então implantada, na forma que, em linhas gerais, iria persistir até a década de 1980. Nela, o imposto sindical e a substituição da “mutualidade” e da “beneficência” pela “assistência-serviço” teriam um papel fundamental, dissociando a viabilização das entidades sindicais da adesão voluntária dos trabalhadores a uma estratégia integrada de atendimento a seus diferentes tipos de “demandas”. A possibilidade de pensar o enfrentamento dos problemas canalizados para a assistência em modos capazes de fortalecer o desenvolvimento de valores coletivos entre os trabalhadores tem estado, desde então, fora da pauta política do movimento sindical brasileiro. A partir daí, a disputa relativa à assistência tem-se resumido, de um lado, aos posicionamentos de princípios favoráveis e contrários à sua realização nos sindicatos, de outro, ao debate pragmático sobre suas formas de gestão, à qualidade e extensão de benefícios, assim como sobre seu peso na máquina sindical.

CONCLUSÃO

A experiência do movimento operário gaúcho no que diz respeito à questão da relação entre mutualidade e luta reivindicativa, neste mais de meio século desde a fundação da Associação Beneficente das Classes Laboriosas, até a conjuntura do pós-1945, traz importantes elementos de reflexão no que diz respeito aos processos de formação de classe, criação de formas organizativas e desenvolvimento de estratégias coletivas.

⁷⁶ AGE nº 22 (27/7/1945).

Na formulação clássica de E. P. Thompson, a classe se forma à medida que “os homens [versões posteriores acrescentam ‘e as mulheres’] identificam seus interesses entre si e em oposição a outros”⁷⁷. Um dos grandes problemas da história do movimento operário tem sido a definição de formas particulares de articulação entre o primeiro elemento “identificação de interesses entre si”, e o segundo, “identificação de interesses em oposição a outros”. É largamente difundida a idéia de que o nível de conflito com “os outros”, particularmente com a burguesia, seria o único indicador de consciência de classe. Em contrapartida, esforços de crítica a esta identificação unilateral entre conflito e consciência de classe tendem a permanecer presos à dicotomização entre estratégias conflitivas e estratégias não conflitivas. Para Sewell, o fato de os trabalhadores franceses enfatizarem no seu discurso, até 1848, termos relacionados à idéia de unidade como “associação”, ao invés de termos que enfatizam distinção como “classe”, decorreria de que, no seu universo cultural, não seria aceitável colocar um “interesse particular contra o interesse comum”. O uso do termo classe permaneceria, portanto, apenas uma “designação descritiva”, sem conotação de subordinação ou de luta⁷⁸. É curioso conceber que um signo de descrição possa ser adotado para se referir a uma coletividade humana (trabalhadores, por exemplo) sem que a própria existência desta denominação contenha implicitamente a idéia de que este grupo é distinto de outros.

O elemento distintivo da identidade classista pode em muitos momentos não estar explícito no discurso, cujos parâmetros de legitimidade tendem a referir-se a noções universais - mas residir em opções como a adesão a organizações que buscam o atendimento de certas demandas no âmbito das relações mútuas entre pares, definidos por sua condição de classe. A própria luta por direitos, concebidos como expressão da idéia universal de

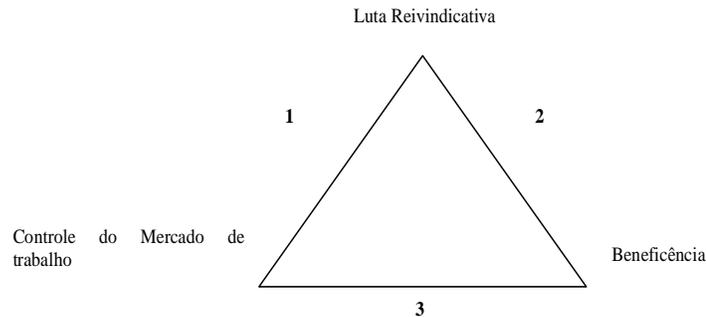
⁷⁷ E. P. THOMPSON. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987. Vol. I, p. 9.

⁷⁸ William H. SEWELL, Jr. *Work and Revolution in France*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980, p. 282-283.

cidadania, só faz sentido a partir do reconhecimento de que alguém ou algo se opõe a que os trabalhadores tenham efetivo acesso a esses direitos. Conflito e “solidariedade moral”, portanto, não necessitam ser pensados como excludentes, seja para valorizar um ou outro, mas como duas vertentes do processo de formação de classe, articuladas em estratégias particulares, de acordo com as necessidades, possibilidades e opções presentes em distintos contextos. A tentativa dos sindicatos analisados acima, de estimular e canalizar práticas de solidariedade reforçando a identidade de classe, expressava tanto os desdobramentos de uma transformação estratégica na proposta de organização de uma minoria militante para a “atração das massas”, quanto a necessidade de enfrentamento da concorrência de outras agências que disputavam a adesão e a lealdade operárias.

É possível conceber esta concorrência à medida que, se o sindicato para os já “organizados” é algo de natureza distinta de outras formas de “atendimento às necessidades do trabalhador” (por ser autônomo e baseado na identidade de classe), para os “organizáveis” ele é, num primeiro momento, apenas uma alternativa a mais, envolvendo provavelmente riscos maiores de repressão e dificuldades práticas causadas pela falta de apoio de outras estruturas institucionais mais poderosas.

O modelo de prática sindical que, a partir da releitura da experiências das décadas anteriores, se consolida no início dos anos 30 em Porto Alegre, poderia ser representado através de um triângulo, tendo em cada um de seus vértices, respectivamente, a luta reivindicativa, o controle do mercado de trabalho e a beneficência. Embora as particularidades de cada categoria levassem a diferentes ênfases e combinações, os três componentes eram considerados parte integrante da organização de classe, mesmo que a idéia de “sindicato” fosse ainda associada ao que os anarco-sindicalistas denominavam “resistência”, e arranjos formais fossem criados para evitar a sua “mistura” com elementos outros como a beneficência. A definição do papel das organizações operárias não se restringia a uma linha política particular - e funcionava como uma base comum sobre a qual diferentes concepções políticas poderiam atuar, lutando no que dizia respeito a suas proposições sobre os rumos a serem adotados pelo movimento - mas somando forças no que concernia à expansão da solidariedade operária voltada ao que era denominado o “engrandecimento da classe”.



No que se refere à conjugação entre os diferentes papéis propostos para a organização operária, cada um dos lados vinculando um dos "vértices" ao outro expressava uma frente de interação social da entidade sindical. O lado um, ligando controle do mercado de trabalho à luta reivindicativa, era marcado pela relação com os empregadores, em diferentes âmbitos do contrato de trabalho (acesso ao emprego, condições de venda da força de trabalho). Esta relação não era circunscrita ao caráter contratual, pois cobrava-se do sindicato o papel de fiador do comportamento operário no trabalho e, talvez, na sociedade como um todo. No lado dois, entre reivindicação e beneficência, concentravam-se as relações com o Estado, mediadas pela legislação social e pela luta que objetivava a sua transformação em direitos efetivos. Esta frente de ação envolvia cada vez mais, além de condições de trabalho, questões como previdência e saúde, que eram também objeto de resposta mutual direta. A terceira linha, finalmente, caracterizava-se por atar as relações internas dentro da categoria, ou desta com o sindicato, logo, um mesmo problema, como o desemprego, poderia ser enfrentado de dois modos complementares: envolvendo a Bolsa de Trabalho como um mecanismo de, não apenas agilizar a distribuição das vagas disponíveis, mas também de assegurar parâmetros comuns para esta distribuição - e, ao mesmo tempo, através do auxílio aos desempregados pela Caixa correspondente.

As grandes polêmicas de política sindical não se davam mais sobre realizar ou não realizar beneficência, mas sobre seu caráter e relação com a luta em defesa de interesses e direitos. É

aí que, com maior nitidez, podemos perceber a natureza das mudanças efetivadas no Estado-Novo, com a construção de mecanismos efetivos de intervenção estatal na gestão sindical, a fusão estatutária entre “Caixas” e sindicato, e a “mercantilização” dos benefícios, com sua dissociação de práticas de solidariedade tradicionais. Completava-se assim uma longa mutação, identificável no discurso das lideranças operárias - não em etapas claramente definidas, mas como “tons dominantes” de distintos momentos. De fato, ocorre a substituição das noções de “mutualidade” (com sua ênfase na relação recíproca) pela de “beneficência” (com sua ênfase no produto ou benefício) e, finalmente, pela de “assistência” (que conota claramente uma relação vertical e despolitizada de concessão de benefícios, já que estabelece a distinção entre alguém que “assiste” e outro que “é assistido”).

Com a consolidação da legislação trabalhista e o surgimento da estrutura previdenciária, modifica-se também o papel do sindicato, substituindo-se a idéia de uma forma de organização entre os trabalhadores para a de uma instituição que age como mediador entre estes e o acesso a direitos.

Por outro lado, relembando-se o contexto de concorrência entre diferentes agências de “atendimento às necessidades do trabalhador” na década de 30, pode-se constatar que, no pós-Estado-Novo, os sindicatos acabariam por concentrar o atendimento a parcela significativa das necessidades operárias, o que legitimou que uma instituição definida pelo seu caráter de classe funcionasse como canal de acesso a benefícios. Além disso, através da estrutura assistencial, os sindicatos brasileiros mantiveram um profundo vínculo com o próprio cotidiano operário para além do âmbito contratual da relação entre capital e trabalho, indo mesmo além do(a) trabalhador(a) individual, envolvendo a sua família. Este conjunto de características expressa de uma certa forma tanto a força quanto a fraqueza dos sindicatos enquanto expressão organizada da classe trabalhadora na República Populista.

É importante, porém, lembrar que a mudança da natureza institucional das organizações operárias não pode ser isolada do contexto mais geral da história social e política do período. A herança das tradições mutualistas desempenhou um importante papel no processo de incorporação da classe operária à participação política no pós-45. No caso de Porto Alegre, esta

vinculação entre experiências de solidariedade de classe e ocupação do espaço político institucional pode ser representada por um episódio da atuação da líder tecelã e vereadora comunista Julieta Batistiolli. Discutindo as condições de vida dos operários na cidade, numa sessão da Câmara Municipal, Batistiolli denunciava a mudança da qualidade do atendimento médico aos operários da Renner entre o período em que esse “benefício” era fornecido pela caixa mutualista dos trabalhadores e o momento em que esta caixa passa a ser controlada pela empresa⁷⁹. Segundo ela, os médicos “a serviço do patrão, passaram a ser médicos espíritas”:

“... sentam atrás da sua escrivaninha e começam: ‘- o que é que tem?’. A operária diz: ‘- eu sinto isto, aquilo, estou doente, não posso trabalhar’. O médico olha e diz: ‘- a senhora não tem nada’. E passa uma receita. Ela vai à farmácia, gasta duzentos cruzeiros e... ‘não tem nada’.”⁸⁰

Este episódio é digno de nota por várias razões. O cenário é um parlamento local buscando assumir pela primeira vez na história um papel ativo no enfrentamento de problemas que tinham atingido dimensão inusitada na cidade. O personagem principal é uma operária, sendo ao mesmo tempo a primeira mulher eleita para uma função pública na história da cidade, e sua experiência de solidariedade no local de trabalho passava agora a embasar sua intervenção na gestão de demandas sociais municipais. Nesse pequeno fragmento de um momento de profunda mudança nas relações entre sociedade e política, podemos perceber como a combinação entre mutualidade e luta, expressa na tradição organizativa criada pela classe trabalhadora porto-alegrense foi capaz, apesar dos efeitos nocivos da

⁷⁹Segundo o *Anuário Estatístico do Estado de 1941*, a “Sociedade Beneficente dos Empregados da Firma A. J. Renner e Cia.” fora fundada em 1933 e possuía 620 sócios e 991 sócias em 31/12/1939. Não é claro a partir de que momento a “Sociedade” passou ao controle da empresa.

⁸⁰ *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, Gestão 1947-1951*, Vol. 35, Julho de 1951. Porto Alegre, Imprensa Oficial do Estado.

engenharia institucional da CLT, de embasar o exercício de um papel ativo na exploração das possibilidades colocadas pelo novo contexto político que se estenderia até 1964.



Posse da Diretoria do Sindicato, com a presença de familiares. Porto Alegre, 30 maio 1942. (Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre)



Sessão solene durante o Estado Novo com a presença de autoridades. Porto Alegre, [ca.1941]. (Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre)